RESISTÊNCIA NEGRA E PÓS ABOLIÇÃO NO BRASIL

BLACK RESISTANCE AND POST ABOLITION IN BRAZIL

José de Lima Soares [1]
Karoline Martins de Lima [2]
Ludmila Jardim da Conceição [3]

Resumo: Tendo como referência principal a leitura de "A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca" escrita por Florestan Fernandes, além de outros estudos relacionados à questão racial no Brasil, este trabalho busca dar valor aos diversos processos de resistência travados pela população afro-brasileira durante o sistema de produção escravista, na emergência da sociedade de classes e do capitalismo, evidenciando o epistemicídio e os processos que contribuíram para a formação de uma sociedade estruturalmente racista e que culminaram na exclusão e na marginalização da população negra. Além disso, discorreremos acerca das lutas antirracistas na sociedade brasileira modera.
Palavras-chave: Pós-abolição; Raça; Resistência.

Abstract: Having as main reference the reading of "The integration of black people in class society: the legacy of the white race" written by Florestan Fernandes, in addition to other studies related to the racial issue in Brazil, this paper seeks to give value to the various resistance processes waged Afro-Brazilian population during the slave production system, in the emergence of class society and capitalism, highlighting the epistemicide and the processes that contributed to the formation of a structurally racist society and culminated in the exclusion and marginalization of the black population. In addition, we will discuss the anti-racist struggles in modern Brazilian society.
Keywords: Breed; Post abolition; Resistance.

INTRODUÇÃO

O fato de a história do Brasil ter sido escrita sempre por mãos brancas, a presença de pessoas negras na constituição do país foi negligenciada. Tratando basicamente da escravidão, estas teorias acabam por desprezar as outras formas de as pessoas negras viverem no Brasil e omitem fatos importantes como, por exemplo, todo o processo de alforria que houve durante os 400 anos de escravatura, e também informações referentes ao Quilombo. Tudo isso contribuiu intensivamente para o racismo estrutural no Brasil e o para o epistemicídio.

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Brasil.
[2] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Brasil.
[3] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Brasil.

O epistemicídio pode ser considerado um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnico-racial. Justamente pela negação da legitimidade das formas de saber, produzidos pelo grupo dominado e consequentemente, pela negação dos seus membros enquanto sujeitos detentores de conhecimento. Boaventura (SANTOS, 1995, p. 328) ressalta que o epistemicídio chega a ser mais agravante que o genocídio, já que ocorre sempre que alguém pretende subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais, fora que este processo ocorreu tanto no espaço periférico, extra europeu e extra-norte-americano do sistema mundial e no espaço central europeu além do norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral. A partir dessa formulação é possível entender como funciona esse mecanismo de destituição da racionalidade, da civilização e da cultura do povo negro.

Sobre o Quilombo, este era um símbolo de desgaste do sistema servil como salienta Clovis de Moura no livro Rebeliões da Senzala (1959): "era a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão". De forma geral, se predominavam quilombos com cinquenta a duzentas habitantes, com exceção do Palmares, que com um número extraordinário de habitantes prevaleceu-se da desorganização política do estado do Pernambuco.

Então, para que se empreenda um estudo crítico sobre a população afro-brasileira, é necessário, antes de tudo, considerar a comunidade negra um grupo de pessoas que empreendiam uma sociedade livre, mesmo numa sociedade maior que os detinham como escravos e ressaltar todo o processo de resistência travada por esta comunidade.

O Quilombo não se esgota na história da repressão; ele se prolonga na organização e na localização das pessoas negras em periferias, mocambos e palafitas, refletindo diretamente as consequências de um projeto falho de abolição de escravos que houve no país.

À vista disso, discorreremos a respeito dos processos de resistência relacionados à história do povo negro no Brasil, principalmente ao que se refere aos processos recorrentes da pós-abolição a não integração deste povo na sociedade de classes no contexto da emergência capitalista. Buscaremos então, realçar todo projeto de epistemicídio que envolve esta população desde os primórdios de sua estadia neste país.

A RESISTÊNCIA COMO LEGADO DE UMA RAÇA

Primeiramente, qualquer indício que revele a capacidade das pessoas escravizadas lutarem no sentido de conquista ou ampliação de espaço, segundo os seus interesses, deve ser valorizado. Da mesma forma, os aspectos mais ocultos que não se destacam apenas pela ausência de discurso, mas que podem ser compreendidos por meios das ações realizadas por estes sujeitos, também merecem destaque.

Logo, as atitudes tomadas indicam o que essas pessoas consideravam um direito ou uma possibilidade em

determinado momento histórico. Além das fugas, obtinha-se a liberdade como fosse possível, através de meios que considerava desde a capacidade de criatividade, a inteligência e até mesmo o azar. Alguns procuravam aproveitar as conjunturas favoráveis, outros se submetiam a serviços extras e depositavam as suas economias, tostão por tostão na caderneta da Caixa Econômica Federal, ainda, existiam pessoas que investiram em expedientes considerando ilícitos, como o roubo, "A africana Rita e sua filha Valença, por exemplo, se apropriaram dos documentos necessários e faziam passar por libertas já falecidas"

As iniciativas dos escravizados em busca de liberdade se revelam ainda quando estes recorriam às autoridades, tanto através das Irmandades do Rosário, (que se articulavam desde o período colonial) por meio dos clubes abolicionistas. Às vezes a luta também se expressava à moda burguesa, no campo da pressão social para garantia de direitos e\ou para o cumprimento da lei, como acusa João José Reis e Eduardo Silva (1979), ao trazer em seus escritos outra perspectiva histórica acerca de como foi a resistência negra no Brasil escravista.

Estes autores mostram que, entre a passividade absoluta e a agressividade cega que os historiadores atribuem normalmente à pessoa do escravo, havia uma posição intermediária: a da negociação, a do compromisso com o sistema, a da engenhosidade no sentido de conquistar, em meio a todas as adversidades, um espaço onde se pudesse construir o próprio viver.

Um exemplo desse tipo de ação das pessoas escravizadas foi o Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos 1789, no contexto Rebelião dos escravos no engenho de Santana no qual essas pessoas exigiam direito de folga, direito a plantação própria, além de se colocarem a favor da ordem e à disposição do estabelecimento da paz entre eles. (REIS, João José; SILVA, Eduardo, 1979, p. 123-124.)

Portanto, ao compreender as pequenas batalhas e conquistas do cotidiano do povo negro em nosso país percebe-se que, ao contrário do que se supõe, este povo resiste desde sempre a se tornar meras engrenagens do sistema que os escravizam.

O ESTADO BRASILEIRO OFERECE AO POVO NEGRO UM PROJETO GENOCIDA E A MARGINALIZAÇÃO APÓS A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Feita de forma gradativa, a abolição não transformou efetivamente as relações raciais. Quando o regime escravocrata no Brasil foi dissolvido, não houve nenhuma forma de assistência e amparo às pessoas negras no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo que antes os senhores tinham como responsabilidade dar o mínimo para a sobrevivência do seu escravo. Com o processo de abolição, tanto eles, quanto a igreja e o Estado ficaram isentos dessa imposição. As pessoas, outrora escravizadas, se viram a disposição da sua alforria, porém, sem ter nenhuma noção de como ser o dono de si mesmo e tendo que lidar com

todas as suas necessidades, não dispondo dos atributos necessários para entrar no tão competitivo mercado de trabalho.

O sociólogo Florestan Fernandes (1920 – 1995) defende que a única época em que a posição do negro foi discutida politicamente ocorre quando as fugas em massas dos escravos se tornaram incontroláveis e nesse momento grande parte deles foi transferida para o trabalho nas lavouras. Então, quando se dá a abolição, ocasião em que os "ex-escravos" são deixados à margem da sociedade sem nenhum apoio, a única preocupação que os senhores passaram a ter eram com eles mesmos. Florestan explica:

> "De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitário, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do "antigo regime" em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da "raça" dominante. A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista. Mas, pela própria natureza da sua condição, não passava de uma espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o "antigo regime". " (FERNANDES, 2008, p. 30).

Durante toda a luta abolicionista os direitos das pessoas negras nunca foram realmente garantidos, nem mesmo os mais honestos abolicionistas conseguiram serem eficazes quando colocado essa questão em debate.

Os fazendeiros e Senhores não se opuseram a abolição, pois, do ponto de vista econômico, a libertação dos escravos era uma dádiva. Como já dito, isso apenas os livraram de mais gastos, efetivamente em grande parte do país já não se utilizavam mão de obra escrava, em outras partes os "ex – escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores e a degradação da sua situação econômica" (FERNANDES, 2008).

Quando ocorreu a libertação dos escravizados, o país estava em processo de urbanização, havia um grande crescimento econômico e com a organização do trabalho em processo de mudança havia uma possibilidade de um real mercado de trabalho. Porém, esse mercado de trabalho foi ocupado com imigrantes europeus, já que com seu pouco conhecimento e preparação os "ex-cativos" não tinham uma verdadeira chance de competir.

> "Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Assim explica porque o clamor por medidas compulsórias – que obrigassem o ex – escravo ao trabalho e o "protegessem", promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente – se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade'. (FERNANDES, 2008, p. 32).

Atirando as pessoas negras para fora da sociedade, extinguiu-se qualquer gesto de solidariedade ou justiça social, estas pessoas passaram a sobreviver como podiam. Após a lei Áurea, 500 mil pessoas libertas ingressaram numa estrutura social que incluía até mesmo as pessoas negras já livres de outros matizes, numa proporção maior do que os que foram atingidos pela nova regência. Aliás, estudos atuais mostram que houve de fato uma regressão na inserção social da comunidade negra após a abolição. Além disso, no final do século 19, uma classe média negra formada que já tinha conquistado a alforria foi dizimada com a entrada da mão-de-obra europeia.

Com o avanço da lavoura cafeeira, o crescimento urbano foi inevitável, principalmente para cidades grandes, nesse momento a relação de imigração para essas cidades também teve um grande aumento, tanto das pessoas negras libertas quanto da população branca europeia, tendo dessa última uma expansão muito maior, o que resultou consequências econômicas que precisam ser estudadas, já que além da existência de um grande contraste populacional em relação a cor, pode ser percebido juntamente uma disparidade nas atribuições econômicas e especializações, causando uma desigualdade e injustiça na competitividade no mercado de trabalho e na organização dos indivíduos nos espaços. Já no interior do país a mudança foi lenta.

> "Em outras palavras, a cidade alcançava, em termos de organização do trabalho livre e da integração da ordem social competitiva, posição simétrica, à que teve no século XIX, em termos de organização do trabalho escravo e da integração da ordem social escravista. Só que o fator humano preponderante passou a ser o agente por excelência do trabalho livre, o imigrante". (FERNANDES, 2008, p. 40).

Florestan Fernandes foi capaz de constatar uma separação na distribuição da população, na qual ocorria uma aglomeração da população branca, a presença do povo negro era mínima e onde ocorria a concentração da população negra a presença do povo europeu era pequena. Perceptivelmente, essa concentração de pessoas negras ocorria nos subúrbios o que dificultava os esforços para a sobrevivência e muita vulnerabilidade, o que novamente ressalta a desigualdade na disputa dessas pessoas com os "estrangeiros".

Vale enfatizar que por diversas vezes, a forçada participação de escravos e escravas nas guerras coloniais de Portugal e do Brasil é interpretada como prova da integração das pessoas negras na sociedade. Para nós, isto é prova do projeto genocida das classes dominantes contra aqueles, que para esta classe, já não possuía utilidade para o novo sistema. Abdias do Nascimento (1978, p. 67) ilustra bem as intenções da classe dominante na seguinte passagem:

> "Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostravam profundamente satisfeita com o ato de condenar os africanos "livres" e seus descendentes a um novo estado econômico, político e cultural "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade". "

É possível afirmar que em 1822 o Brasil alcançou uma independência apenas formal, sua economia, mentalidade e cultura permaneceram dependentes e colonizados. A Europa, desde então, segue sendo o principal ponto de referência no que diz respeito à padrões de caráter estético, ideias ou atividades de cunho científico, por isso, Abdias afirma que foi natural que se chegasse ao país conceitos racistas do ideal ariano e que estes fossem incorporados pela elite.

Nesse sentido, para evitar o escurecimento da população brasileira, um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os "produtos de sangue misto", os chamados pardos, morenos, homens de cor, etc. Cabe ressaltar, inclusive, que essa prática foi tida como algo comum e natural por anos em nossa sociedade. Enfatiza-se que:

> "O processo de mulitização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população 'mulata' a raça negra está desaparecendo sob coesão do progressivo clareamento da população do país". (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Para que todo este projeto se sustentasse teorias científicas forneceram apoio vital a esse racismo que propunha erradicar as pessoas negras. A ciência tem uma culpabilidade muito vasta na legitimação do racismo. A existência das teses eugenistas que incentivam o branqueamento da população só reforça a permanência de um racismo velado e extremamente cruel que, muitas vezes, fica camuflado, porém reforçado tanto por desconhecedores tanto por cientistas importantes. Portanto, a expressão do eurocentrismo na ciência foi uma das principais bases para a estruturalização e a institucionalização do racismo.

Além disso, devemos chamar atenção às leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas, que foram concebidas nessa mesma lógica: a erradicação da negritude na população brasileira.

Um decreto de 1890, por exemplo, concebe que: "É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, de indivíduos válidos e aptos para o trabalho, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante a autorização do Congresso Nacional podem ser admitidos.". Ainda, em outras oportunidades mais recentes, o Congresso considerou leis que proibiam qualquer entrada no Brasil "de indivíduos humanos das raças de cor preta". Nesse sentido, quase no fim de seu governo ditatorial, Getúlio Vargas (1882 - 1954), assinou um decreto em 18 de setembro de 1945 onde se regulava a entrada de imigrantes de acordo com: "a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência europeia" (NASCIMENTO, 1978, p. 71).

Hoje as estatísticas que demonstram o declínio em número per capto de pessoas negras, refletem o ideal de embranquecimento infundido sutilmente a população afro-brasileira além de demonstrar o poder coercitivo nas mãos da classe dominante manipulado como instrumento capaz de

nos conceder ou negar a ascensão das condições sociopolíticas e econômicas.

Assim a articulação do liberalismo juntamente ao racismo corporificam dois grandes modelos teóricos explicativos que atingiram sucesso equivalente mesmo sendo no mínimo contraditórias: a primeira explicação se fundamentava no indivíduo e na sua responsabilidade pessoal sobre as suas condições sociais o que tem a ver com a questão da meritocracia e a segunda explicação retirava a atenção colocada no sujeito e centraliza a atenção no grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular, numa tentativa de justificar a "inferioridade" com base na questão biológica.

Como ressaltado, no mundo do trabalho a lógica de exclusão permanece, sendo as próprias pessoas negras responsáveis por posições subalternas no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas, o que mais tarde se denominou como setor informal fora que de nenhuma forma foi garantido direito de cidadania a essas pessoas.

A partir dessa discussão, percebe-se a tentativa de neutralizar a cultura afrodescendente o que impossibilitou, de certo modo, o desenvolvimento cultural e intelectual dessas pessoas no último século. O que confirma outra vez o epistemicídio sofrido por esta população desde sua chegada no Brasil. E é a partir de todo este processo que o racismo passa a constituir a formação dos sujeitos e as relações sociais, estabelecendo uma relação estrutural, intrínseca na sociedade.

SOBRE O CONSEQUENTE RACISMO ESTRUTURAL PÓS-ABOLIÇÃO

O fortalecimento da consciência negra é desencorajado pela recusa da sociedade em nos conceder a oportunidade de exercer, na íntegra, uma identidade negra. Como exemplo, podemos dizer que no processo histórico as pessoas negras constroem a sua corporeidade através de um conflito entre a aceitação e rejeição de sua prole, já que algumas características são apropriadas pela cultura eurocêntrica e recebem um tratamento discriminatório. O que quer dizer, que, ao mesmo tempo em que a nossa cultura é moldada pela consciência da opressão existente nas relações étnico-raciais, o desejo de "embranquecimento" bem como a sua naturalização também perfazem essa relação, numa tentativa de se retirar da inferioridade.

Ao mesmo tempo que a nossa cultura é moldada pela consciência da opressão existente nas relações étnico-raciais, e ao tempo que as pessoas aparentemente se indignam com a situação do racismo, elas acabam por reproduzirem isso consequentemente e naturalizar a ausência de pessoas negras em certos locais de mais prestígio, e nenhuma política pública efetiva é feita em torno disso.

Como vimos, o processo de construção do Brasil, desde os seus mais de trezentos anos de escravismo, e no período pós-abolicionista até os dias de hoje, sustenta-se tendo como base o racismo, a discriminação e a marginalização da população negra, resultando assim graves desigualdades raciais e dificuldade de mobilização social.

Para acobertar essa construção ideológica, foi criado uma ideia de um país que foi harmonicamente miscigenado o que nos remete uma ideia de igualdade de direitos, que também pode ser chamada de "democracia racial", essa concepção trazida deixa explícito que a classe dominante não acredita na necessidade de uma reparação, já que para eles a escravidão não trouxe males contínuos. De acordo com o autor Carlos Hasenbalg (2005, p. 234) "A repetida afirmação de que 'não temos problemas racial no Brasil' é não apenas uma questão de orgulho nacional, como parece, também, suficientemente efetiva para conter as esparsas manifestações de inconformismo racial".

Com o apoio do Estado nas políticas genocidas e excludentes ou a falta de amparo do mesmo nas condições sociorraciais da população negra, podemos dizer que estes sujeitos foram agentes ativos na institucionalização do racismo em nossa sociedade e essa estruturalização originalizada por esse passado bárbaro reflete danos contínuos que são vivenciados atualmente por todos os negros e negras brasileiras, mesmo no século XX quando o país passa por grande modernização em diversos fatores, tanto econômico quanto educacional e na saúde, não se é visível uma redução na desigualdades raciais.

ENFRENTAMENTOS DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL MODERNO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O povo negro tem se organizado em várias frentes nos últimos anos e pressionados por esta mobilização alguns partidos políticos, segmentos da Igreja e sindicatos começaram a rever as suas posições em relação ao tema racial. O que pode ser ilustrado por dois momentos histórico, primeiramente quando na década de 80 os partidos de oposição à ditadura passaram a inserir propostas antirracistas na plataforma eleitoral além de criarem comissões para discutir políticas de inclusão as pessoas negras, outro momento, é quando em 1978 na Conferência Nacional de Bispos ocorre uma série de encontro entre bispos negros que culminou na criação do Grupo de União e Consciência Negra que se consideravam ao mesmo tempo parte do movimento negro e da Igreja Católica. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 295)

Pode-se dizer que o esforço do movimento negro promoveu mudanças significativas na mentalidade dos brasileiros, sobretudo das pessoas negras que também por serem vítimas de um sistema racista acaba por reproduzi-lo. Conscientizar a população em relação à temática racial, e convencer o Estado a deixar a passividade conveniente às desigualdades sociais foram, de fato, as maiores conquistas do movimento negro. Uma das estratégias do movimento negro foi a utilização de manifestações, a realização de eventos acadêmicos e solenidades no contexto do centenário da abolição, para enaltecer a cultura negra como continuidade das tradições africanas e denunciar as desigualdades econômicas e sociais.

Toda essa movimentação nos anos 80 foi muito importante, e as conquistas se refletem na constituição de 1988 que prevê a prática do racismo como crime inafiançável, imprescritível e sujeito a pena de reclusão.

Além disso, Walter Albuquerque (2006, p. 297) ao discorrer sobre a história das pessoas negras no Brasil aponta que:

> "O aumento significativo da presença na vida política brasileira de negros identificados com a causa antirracista foi outra decorrência importante da ação conscientizadora dos movimentos negros. Entre esses políticos que assumiram cargos nos poderes legislativos e executivos não se pode deixar de lembrar os nomes do senador Abdias do Nascimento, da senadora e governadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva".

Somente a partir de meados da década de 1990, as organizações negras brasileiras conseguiram que em nosso país fossem discutidas medidas governamentais contra o racismo e as desigualdades raciais. Em 1996 foi criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho Interministerial para a Implementação de Políticas de Ações Afirmativas. Em 2001, durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo, na África do Sul, o governo federal assumiu o compromisso de implantar o sistema de cotas raciais, tendo adotado a medida em alguns setores do mercado de trabalho e da educação.

Ao considerar os dados produzidos nos últimos anos pelo IBGE e pelo IPEA acerca da questão racial, percebemos o quanto perversamente opera o racismo. As pessoas negras no geral (pretos, pardos e indígenas) se mantêm numa situação social significativamente pior do que as pessoas brancas. Além das diferenças expressivas em relação a renda, as pessoas negras são sempre mais penalizadas no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos. Sobre o levantamento de dados realizado pelo IBGE para o ano de 2001 Luciana Jaccoud e Mario Theodoro (2007, p. 107) salientam:

> "Quanto à renda, observa-se que para aquele ano, enquanto a média da renda domiciliar per capita da população branca foi de R$ 481 ,60, a média per capita da população negra era de R$ 205,40, isto é, os afrodescendentes ganharam, em média, menos da metade do que os brancos. Ademais, os negros são sobre-representados nos extratos mais pobres da população, independente do recorte de pobreza utilizado. Assim, por exemplo, dos 24 milhões de brasileiros considerados indigentes, ou seja, aqueles que se localizam abaixo da "linha da indigência", quase 70%, ou 16 ,5 milhões, eram negros".

Dentre a população negra até hoje, encontra-se as maiores taxas de desemprego, quando ocupados somos os mais afetados pelo trabalho informal. Encontra-se ainda, os mais baixos índices de cobertura do sistema penitenciário e índices elevados de trabalho infantil.

Ao mesmo tempo, a população negra é naturalmente associada e sub-representada na população da favela e pelos indicadores de cobertura de serviços públicos, sendo a comunidade que mais usufrui desses tipos de serviços e que compõe majoritariamente, de forma proporcional as comunidades periféricas do país. Ademais, os indicadores de proporção de domicílios de acordo com a raça\cor do chefe de família, nos principais serviços de abastecimento de gás,

água, esgotamento sanitário, etc., mostram uma menor cobertura para a população negra.

No âmbito da educação, o analfabetismo atingira 18, 2% da população negra com mais de 15 anos, contra 7,7% no caso das pessoas brancas no ano de 2001. De acordo com Jaccoud e Theodoro (2007, p. 108), porém, a população branca detinha melhores índices de escolaridade, ressalta-se: "Tomando-se a população de 25 anos e mais, constata-se que o segmento branco tem em média pois anos a mais de estudos do que os negros (em 2001, 6,9 anos contra 4,7 anos, respectivamente) ".

Desta forma, os dados demonstram que, as causas das desigualdades entre a trajetória escolares e indicadores educacionais entre pessoas brancas e negras no Brasil não podem ser explicadas somente pelas diferenças sociais e econômicas das famílias, porém, devem ser observadas no próprio sistema escolar. E nesse sentido, os dados indicam que, uma parte significativa das diferenças encontradas neste campo advém e pode ser relacionadas a alguma forma de discriminação que impactam negativamente o desempenho dos e das estudantes negras.

> "O racismo e a discriminação não determinam apenas as desigualdades educacionais, mas também as próprias desigualdades de renda entre as famílias brancas e negras. Os indicadores de renda recém-levantados pelo IBGE (2003), que comparam a renda da população branca e negra ocupada com mesmos anos de estudo, mostram que, em qualquer dos grupos, negros auferem um rendimento menor do que os brancos, e que quanto mais aumenta o número de anos de estudo, mais aumenta a diferença de renda em detrimento dos negros". (JACCOUD E THEODORO, 2007, p. 111).

Podemos afirmar então, que a nossa comunidade é fortemente castigada pela incapacidade do sistema escolar em garantir aos grupos racialmente discriminados uma efetiva igualdade de oportunidade.

É importante realçar que na maior parte desses indicadores as desigualdades se mostram constantes e alguns casos vêm se agravando ao longo do tempo e reafirmam que esse desempenho das desigualdades não é proveniente apenas da má situação econômica que está submetida a comunidade negra historicamente. Contudo, o desenvolvimento das desigualdades são expressões do racismo ativo e da discriminação racial, presentes em todos os espaços da vida social de uma pessoa negra.

Segundo a leitura recente, ao tempo que o preconceito racial e o racismo têm sido classificados como fenômenos de ordem subjetivas, expressado através de valores, sentimentos e ideias, compreende-se a discriminação racial como o ato de excluir, a restrição ou preferência que impede o tratamento e o acesso igualitário a oportunidades e direitos. Fora que a própria discriminação racial pode se dar por diferentes formas na vida social e a esses diferentes fenômenos cabem ações públicas igualmente diferentes para que se supra essa demanda.

Nesse sentido, apesar da criminalização ser uma ferramenta essencial no combate à discriminação racial, ela

não se faz suficiente, uma vez que a discriminação indireta dificilmente é passível de punição legal, além disso, por se expressar por meio de mecanismos aparentemente neutros (como são os processos seletivos do mercado de trabalho) esse tipo de discriminação só se torna possivelmente visível através dos indicadores de desigualdades que apontam o desfavorecimento de um grupo étnico em relação ao outro.

Por isso, para que seja possível estes enfrentamentos se fazem necessárias ações específicas voltadas para a "neutralização do efeito da desigualdade racial", que seria as chamadas de ações afirmativas, e de outro lado, as políticas de combate a preconceitos e estereótipos que sustentam e legitimam o racismo. Os autores desta leitura explicam que:

> "As chamadas ações afirmativas, por seu lado, engendram um conjunto diferenciado de medidas que têm por objetivo igualar o acesso de grupos sociais discriminados a certas oportunidades sociais. As políticas afirmativas visam a estimular a participação destes grupos em determinados espaços sociais nos quais estão sub-representado". (JACCOUD e THEODORO, p. 114).

Assim, essas políticas devem ser entendidas como complementares às políticas universais, quando essas não são suficientes para garantir a uma determinada sociedade, igualdade de oportunidade entre os grupos étnicos que a compõe.

Esta discussão nos leva identificar o quanto os mecanismos que geram a exclusão social das pessoas negras no Brasil são de fato complexas e se expressam em todas as esferas da vida social. Combatê-los efetivamente exige mobilização de segmentos importantes da sociedade e também do Estado que deve incentivar políticas públicas, para que seja possível então, que as intervenções e mobilizações sociais possam fazer frente ao desafio da promoção da igualdade racial no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, uma reflexão da historiografia da sociedade brasileira nos permitiu perceber que toda a construção ideológica do país é voltada para o benefício da classe branca dominante e a marginalização e a anulação das conquistas e cultura do povo negro.

Embora possa ser visto pequenos avanços e conquistas para combater a desigualdade racial, a realidade da população negra brasileira não é motivo de comemorações. Devido à história ter sido contada por pessoas brancas, o sofrimento da população negra foi suprimido e a sua resistência camuflada. Uma das principais intenções ao silenciar o passado de escravidão é reprimir a criação de medidas que pudessem melhorar a sorte dos ex-escravos e do povo negro em geral.

Como discutido, a abolição foi conquistada pelos povos escravizados, que através de fugas, rebeliões e outras formas de resistência foram desgastando o sistema escravista até que ele se tornasse insustentável e não fosse possível adaptar ao sistema capitalista, que estava em ascensão na

época. E mesmo após a alforria dos escravos, as relações de dominação racial não sofreram mudanças. Abandonados à própria sorte, o povo negro ainda era visto de forma subordinada e inferior o povo branco, postos à margem da sociedade e sem nenhuma assistência. O povo que até então era escravo, não possuía nenhuma chance de mobilidade social, pois não dispunha de atributos necessários para a competitividade com os europeus no tão concorrido mercado de trabalho. Vale enfatizar que a força de trabalho do "estrangeiro" foi extremamente incentivada com a ideia de que eles eram o procurado milagre na economia do país. A imigração do povo europeu branco juntamente com a política de embranquecimento da população resultou no genocídio e epistemicídio do povo negro.

Quando se é estudado a história do racismo no Brasil, não podemos deixar de lado o consequentemente racismo estrutural que se é configurado no país. O racismo é o mecanismo para decifrar e reparar a proliferação das enormes desigualdades. Ele é reproduzido durante todo o nosso dia a dia, desde as agressões físicas até as simbólicas, como a exclusão das pessoas negras de ambientes frequentados pela classe dominante. Acontecimentos como esses fazem com que negros e negras tenham um aumento de dificuldade para obter direitos, já que estamos sempre tendo que enfrentar atos de preconceito e discriminação.

Vemos o reflexo desse alicerce racista que o país teve no momento em que os indicadores sociais são ponderados. Podemos analisar que, quando se refere a educação, saúde, moradia e lazer, os negros se encontram desprivilegiados em relação à população branca brasileira, deixando claro que o racismo não se resume a episódios individuais de discriminação: ele está amplamente disseminado e enraizado historicamente. Porém, ao mesmo tempo, camuflado e por isso representa um obstáculo para a ascensão dos negros na sociedade, isso sem contar que é agente causador de mortes diariamente.

Diante disso, as políticas públicas e ações afirmativas atuais com ênfase no debate racial são legitimadas, já que seus objetivos consistem em integrar a população negra na sociedade. Ainda que tais políticas, de forma geral, não sejam totalmente eficazes, com o crescimento do debate acerca do racismo foi percebido que por mais que as políticas sociais sejam necessárias no combate às desigualdades raciais, elas não devem ser utilizadas como único instrumento. Com a conceituação do racismo estrutural surgiu a percepção da necessidade de revertê-lo também com pensamentos acadêmicos que sejam capazes de despertar uma consciência crítica na sociedade de forma geral, para que se fortaleçam as reflexões sobre o funcionamento do racismo no cotidiano, e as formas de combatê-lo.

"Existiu
Um eldorado negro no Brasil
Existiu
Viveu, lutou, tombou, morreu, de novo ressurgiu
Ressurgiu
Pavão de tantas cores, carnaval do sonho meu
Renasceu

Quilombo, agora, sim, você e eu".
(Gilberto Gil, 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história do negro no Brasil* / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CARNEIRO, Sueli. *Do epistemicídio. In. A construção do outro como não ser como fundamento do ser.* Tese de doutorado, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

JACCOUD, Luciana e THEODORO, Mário. *Raça e Educação: os limites da políticas universalistas*. In. *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Coleção Educação para Todos- Ministério da Educação, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo mascarado*. Editora Paz e Terra S\A, 1978.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1979.

SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.